

Gros classifica capitalização de “absolutamente essencial”

São Paulo — O presidente do Banco Central, Francisco Gros, garantiu ontem que o governo brasileiro tem muito interesse na conversão dos créditos de bancos estrangeiros em investimentos diretos no Brasil. Ele considerou “absolutamente essencial” para o desenvolvimento do país as conversões e adiantou que o BC está elaborando vários projetos de regulamentação dessas operações, de forma a evitar qualquer “desnacionalização da economia”.

Desmentindo informações atribuídas ao diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, Gros afirmou que no Brasil “há espaço para todo mundo” e que seria pouco prudente modificar um modelo econômico, fundamentado no capital estrangeiro e nas estatais, “que está dando certo desde o final da Segunda Guerra Mundial”.

Antes de viajar para os Estados Unidos, onde participará, junto com o ministro da Fazenda Dilson Funaro, da reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional, o presidente do BC se reuniu, na sede banco, em São Paulo, durante mais de duas horas com representantes dos principais bancos brasileiros, quando se discutiu as elevadas taxas de juros e a inadimplência que o sistema financeiro vem sofrendo por causa das dificuldades dos agricultores e dos pequenos e médios empresários.

Freitas

O governo está estudando uma política de capitalização da dívida externa e esse assunto, na expectativa do diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, deve ser tratado durante a viagem do ministro da Fazenda Dilson Funaro, e do presidente do Banco Central, Francisco Gros, aos Estados Unidos, a partir de hoje.

— A conversão da dívida em capital de risco exige o direcionamento desses investimentos para setores que mais interessam ao

governo. Essa política ainda não está definida e pode combinar uma série de opções. Mas uma coisa é certa: o governo tem interesse em que a dívida seja convertida em capital de risco e vai trabalhar para isso — garantiu Freitas em Brasília. Acrescentou que nos últimos dois meses vem recebendo sondagens de bancos e empresas estrangeiras interessados em realizar este tipo de operação. Só não especificou quais, nem fez estimativas sobre o provável volume de recursos.

O diretor da Área Externa do BC distribuiu documento com explicações detalhadas sobre a conversão da dívida em investimento, que aponta que a transformação de empréstimos em capital de risco traz a vantagem da troca de um passivo que exige remuneração independente do desempenho da economia “por um passivo de maior estabilidade, cujo serviço está vinculado ao desempenho econômico, resultando em maior entrelaçamento de interesses entre os investidores e o país”.

Na opinião de Freitas, a conversão poderia propiciar maior liquidez à dívida brasileira, facilitando, eventualmente, a saída de pequenos bancos do processo de renegociação e a negociação de créditos de bancos com compromettimentos mais elevados. Argumentou que a mudança de regras indicaria que o país acredita no equacionamento do endividamento externo dentro das regras básicas do mercado, abrindo espaço para o aproveitamento da dívida em investimentos no Brasil, o que poderia abrir caminho para captação de novos empréstimos e realização de investimentos de recursos novos no futuro.

O diretor do BC afastou o perigo de desnacionalização do parque produtivo e argumentou que, ao permitir a conversão precedida de cessão de crédito, o Brasil estaria concedendo um incentivo ao investimento estrangeiro, sem utilizar recursos governamentais.